

EDITORIAL

A Revista Enfrentamento já está há uma década em atividade. Neste período, já publicou vários textos discutindo as experiências revolucionárias. Aqui é bom fazer uma ressalva quanto a este ponto. Quando se fala em experiências revolucionárias, comumente vem à luz da consciência o que ocorreu na extinta União Soviética, as práticas autoritárias que se verificavam no Leste Europeu (Polônia, ex Iugoslávia etc.) ou os regimes periclitantes ainda existentes em Cuba e China. Afirmamos que todas estas experiências não são efetivamente aplicação da “doutrina” de Marx (como afirmam incautos e também os mal-intencionados). Tais sociedades não são, nem nunca foram, qualquer coisa que se aproxime de comunismo, socialismo, autogestão social, em que pese todos estes termos tenham sido utilizados para as qualificarem. Também, à exceção da Rússia, cujo processo revolucionário em sua primeira fase (1917 a 1921) criou as condições para efetivamente se estabelecer uma nova sociedade, os processos que instituíram estas sociedades são passíveis de inúmeras críticas. Consistem, muito mais em golpes de estado, do que propriamente revoluções.

Se o que ocorreu na União Soviética, em Cuba, na China, Leste Europeu, Laos, Camboja etc. etc. etc. não foi uma revolução que instituiu o comunismo, o socialismo, a autogestão, o que ocorreu efetivamente em tais sociedades? A terminologia mais adequada para qualificá-las é capitalismo de estado. Diz-se capitalismo estatal em oposição a capitalismo privado. Todos estes regimes eram capitalistas por que ainda mantiveram intactas as relações de exploração capitalistas, ou seja, a extração de mais-valor da classe operária. A diferença consiste nas formas de exercer a exploração e também na forma de apropriação, convertendo-se o estado na principal instituição, via burguesia de estado, que planeja e executa a exploração, bem como se apropria do mais-valor extraído da classe operária.

Deste modo, quando falamos aqui em experiências revolucionárias, não estamos nos referindo a tais sociedades, nem aos processos que as geraram. As experiências revolucionárias, que ensaiaram práticas de autogestão, não se confundem com estas que acabamos de citar. Todas, exatamente todas as experiências autogestionárias foram derrotadas. Desde a Comuna de Paris de 1871, passando pelas revoluções russa de 1905 e 1917, pela revolução alemã de 1918, Guerra Civil Espanhola de

1936 a 1939, Maio de 1968 na França, Chile no começo da década de 1970, a Revolução dos Cravos em Portugal em 1975, até experiências mais recentes como o Movimento Piqueteiro na Argentina em 2001, a Comuna de Oaxaca em 2006 no México (estas duas últimas muito mais limitadas que as anteriores) etc., bem como as experiências revolucionárias dentro e contra o capitalismo de estado: Kronstadt na Rússia em 1921, a Makhnovitchina na Ucrânia da mesma época, na Hungria em 1956 e 1968, Polônia em 1980 etc. bem o demonstram que as práticas autogestionárias, ou seja, revolucionárias, se efetivam onde se materializam as relações capitalistas, sejam as derivadas do capitalismo privado ou as do capitalismo estatal.

Estudar as experiências passadas e históricas de luta revolucionária é um exercício que o militante, o intelectual engajado, o trabalhador deve fazer. Devemos estudar tais experiências não para as glorificar, para colocá-las em pedestal e adorá-las à moda dos crentes dogmáticos. O estudo destas experiências deve ter em pauta sempre as lutas e as demandas do tempo presente. Onde tais experiências fracassaram? Por que sucumbiram? Por que não estabeleceram uma autogestão social generalizada? A pesquisa e a divulgação das lutas derrotadas do passado deve nos ensinar a lutar no presente. Eis porque recorrentemente em vários números desta Revista, trouxemos artigos dedicados a várias destas experiências.

Por que tais práticas de ascensão da luta proletária não conseguiram se generalizar e estabelecer um novo modo de produção? Certamente a contrarrevolução burguesa tem importante papel nisto. Os massacres promovidos pela burguesia ao longo da história são dos mais cruéis. Um exemplo clássico foi a semana sangrenta que sucedeu à Comuna de Paris em 1871, na qual mais vinte mil operários (homens, mulheres, crianças, idosos), militantes não-operários etc. foram massacrados em fuzilamentos em praça pública.

Outra forma histórica de contrarrevolução verificada ao longo destas experiências é a executada pela burocracia. A contrarrevolução burocrática encontra na revolução Russa sua forma mais clássica. A classe operária e a classe camponesa na Rússia, embora tenham conseguido em 1917 estabelecer formas organizativas as mais radicais (os soviets) não foram capazes de impedir a ação da burocracia partidária (o Partido Comunista Russo, o Partido Socialdemocrata Russo e outros) e outras frações de classe da

burocracia (sindical, burocracia empresarial, mas sobretudo a burocracia estatal). Quando a vanguarda Bolchevique toma o poder de estado, vai paulatinamente burocratizando, enfraquecendo e eliminando as organizações dos trabalhadores russos. Embora fizessem todo um discurso “marxista”, afirmando que esta era a “ideologia” do estado soviético, a verdade é que se estabeleceu ali uma profunda burocratização de toda a sociedade, passando o estado a ser o grande capitalista. Aboliu-se a propriedade privada dos meios de produção, mas não se alterou em nada as relações de produção capitalistas. A União Soviética não era uma união de sovietes, estes foram eliminados ao longo da história, ficando muito mais na memória do que na prática cotidiana dos trabalhadores desta sociedade.

Uma outra forma de contrarrevolução verificável ao longo da história destas experiências é aquela que se dá mediante a mudança de regime político. Esta geralmente ocorreu dentro do capitalismo privado. O que acabou com a revolução dos Cravos, por exemplo, não foi nenhum massacre burguês contra os operários insurgentes. Pelo contrário, as comissões de fábrica e demais organizações existentes não foram capazes de conduzir aquela luta para algo além do próprio modo de produção capitalista. A crítica dura que fizeram à ditadura de Salazar os conduziu somente à constituição de uma democracia burguesa. Foram enredados pelo parlamentarismo e toda a luta construiu somente novos candidatos, fortalecendo o estado capitalista ao invés de o destruí-lo. No caso chileno, pelo contrário, a experiência de radicalização da classe operária, setores do campesinato, da juventude estudantil etc. conduziu ao estabelecimento de uma nova ditadura, a ditadura Pinochet. O que isto nos demonstra é que, se a classe operária se coloca em luta, ela deve ir até o final. Parar na metade do caminho, mudando somente o regime político (de ditadura para democracia ou de democracia para ditadura) o máximo que ela consegue é fortalecer o capitalismo e o estado capitalista.

Tendo em vista, portanto, a necessidade deste tipo de reflexão, é que a Revista *Enfrentamento* vem ao longo de uma década de existência procurando realizar este tipo de trabalho. Vários foram os textos nos quais fizemos isto: *A Revolução Húngara de 1956*, de Tomas Feixa, publicado no número 2, de 2007; *A Revolução Russa*, de Maurice Brinton, publicada no número 3, de 2007; *Estado e Revolução Cubana: estatização dos meios de produção e exploração dos trabalhadores (1959-1962)*, de Rafael Saddi, publicado número 5,

de 2008; *O início de um ciclo ascendente de lutas e o movimento dos desempregados*, de Roi Ferreira, publicado no número 9, de 2010; *O regime de acumulação integral e as lutas de classes no México: emergência e interpretações acerca do EZLN*, de Diego Marques Pereira dos Anjos, publicado no número 10, de 2011; *As Jornadas de Junho de 2013 no Brasil*, de Lucas Maia, publicado no número 15, 2014; *A Guerra Civil na França de 1871*, de André de Melo Santos, publicado no número 17, de 2015; no número 18 de 2015, publicamos vários textos discutindo experiências revolucionárias: *As Jornadas de Março*, Herman Gorter; *A Comuna de Paris de 1871*, Edmilson Marques; *Maio de 1968*, Marcus Vinícius da Conceição; *A Revolução Húngara de 1956: alguns apontamentos necessários*, Marcus Vinícius da Conceição; no mês de julho de 2013, ainda no calor das manifestações que assolaram as cidades brasileiras neste ano, publicamos um número especial sobre as Jornadas de Junho de 2013, com textos de João Gabriel da Fonseca Mateus, Lucas Maia, Nildo Viana e Edmilson Marques.

Este breve excuro demonstra nossa preocupação em analisar, de um ponto de vista autogestionário, ou seja, revolucionário, as várias experiências históricas de luta da classe operária e demais classes e setores radicalizados da sociedade. A nossa máxima é de que a ignorância não é benéfica para ninguém e nunca trouxe qualquer vantagem para as classes desprivilegiadas. Consideramos, por isto, que as tendências existentes hoje no Brasil dentro dos setores mais radicalizados, sobretudo a juventude, em negligenciar a produção intelectual é um dos equívocos mais desastrosos. Não que tal conhecimento traga qualquer garantia de vitória. Sua apreensão, contudo, pode evitar muitos erros.

É pensando nisto que trazemos à tona este número da Revista *Enfrentamento* dedicado unicamente a analisar algumas experiências históricas de luta do proletariado. Traduzimos para o português os textos de Henk Canne Meijer, *O movimento dos conselhos operários na Alemanha – 1917 – 1921* e o de Paul Mattick, *As barricadas devem ser removidas: o fascismo de Moscou na Espanha*. Este número conta ainda com as contribuições de André de Melo Santos (*Os movimentos juvenis e o Maio de 1968 na França*); de Nildo Viana (*A revolução polonesa de 1980*); de Diego Marques Pereira dos Anjos (*A Comuna de Oaxaca*); e de Edmilson Marques (*A experiência revolucionária no Chile*).

À leitura!!!